
O arquipélago da História: análise dos diferentes sentidos da fragmentação historiográfica

*Pedro Spinola Pereira Caldas**

Resumo: Este trabalho tem como motivação analisar o problema da fragmentação do sentido histórico dentro do campo historiográfico no final do século XX. O objetivo de seu empenho é mostrar que a própria idéia de fragmentação é pouco clara, sendo necessário um mapeamento básico de possíveis acepções dessa idéia. Seguindo sugestão de Dominick La Capra, propõe-se que a busca em textos clássicos poderia servir para a elaboração de fundamentos teóricos mais sólidos e universais e, portanto, propiciadores de diálogo.

Palavras-chave: Pós-modernismo, teoria da história, historiografia.

Abstract: This essay aims to understand the fragmentation-issue concerned to historical meaning among historiographical studies in the late XXth. Century. It also aims to show that such idea of fragmentation is yet to be understood, since their possible meanings remains unclear. Following Dominick La Capra's studies, it would be a possible and fruitful way to read classical texts in order to find a common path which might lead to universal and solid theoretical foundations, which are the very conditions of dialogue.

Key words: Postmodernism, theory of History, historiography.

Mesmo fértil em temáticas e metodologias e, por isso também, campo aberto para as divergências de todos os tipos, a historiografia parece ao menos concordar em torno de um ponto, a saber, sua própria fragmentação. Seja essa vista com louvor ou desalento, como expressão de libertação de grelhas conceituais ou como perda da capacidade de compreender os processos. Pode ser dito que há um certo consenso em torno do atual caráter fragmentado da escrita da História. Essa mesma fragmentação, todavia, para que não corra o risco de passar a ser mais uma dentre muitas palavras que passeiam desimpedidas

* Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (UCRJ) e Doutorando pela mesma universidade.

pelos textos, deve ser analisada. Neste texto, tentar-se-á ver alguns de seus sentidos possíveis.

Há, indiscutivelmente, um tanto do espírito de Sísifo nessa tarefa: como mapear aquilo que justamente transtorna? Considerou-se interessante todavia ao menos tentar fazer tal cartografia, e assim ver que, se a História de fato se parece mais com um arquipélago do que com um continente, pelo menos que sejam identificadas as ilhas que o formam. Fique desde já exposta a intenção em entender o problema a partir de um debate com as questões que giram em torno da pós-modernidade. O objetivo terá sido cumprido se conseguir investigar os limites e mesmo as contradições da fragmentação proposta pelas teses pós-modernas. Para tanto, serão usadas as idéias de Dominick La Capra, geralmente também postas do lado do pós-modernismo. O que poderá ser avaliado a partir da consideração de algumas contribuições de La Capra? Desde já se antecipa: trata-se de uma suposta fragmentação resultante da superação da epistemologia, ou por outra, da superação da existência de um terreno comum. Frank Ankersmit já notou que, a partir da pretensão pós-moderna em se buscar ler um texto para além e destacado de um contexto qualquer em que ele poderia ser inserido, a leitura do mesmo ficaria totalmente pessoalizada. Não haveria um terreno comum sobre o qual se poderia iniciar um debate entre membros de uma comunidade científica. A tradução filosófica desse problema é o que Richard Rorty chamou de “a comensurabilidade” de um conhecimento. Veja-se o que Rorty tem a dizer: “Como comensurável quero dizer capaz de ser colocado sob um conjunto de regras que nos diga como pode ser alcançada uma concordância racional, a partir da qual se decidiria a questão sobre todo ponto em que as colocações podem conflitar. [...] Construir uma epistemologia é encontrar a quantidade máxima de terreno comum com os outros” (1994, p. 312).

Enfrentar o problema da fragmentação é ver em que medida esse terreno comum, no campo da historiografia, também se desfez. Identificar a incoerência dessa mesma fragmentação fará crer que esse terreno comum precisa ser delimitado de alguma maneira, e não como um conjunto de dogmas, mas, na verdade, como o princípio norteador de uma forma específica de conhecimento, que, no caso da História, é a manutenção do caráter provocador do passado, que manteria com o presente uma relação tensa, e não distante a ponto de ser tratado seja subjetiva, seja objetivamente.

Então, tratar-se-á do problema da fragmentação. Mas se repete: a tentativa é de codificar algo que apresenta diferentes faces e sentidos. O próprio sentido de fragmentação não é óbvio. Assim, se tentará propor um pequeno quadro sobre os diferentes sentidos de fragmentação. Aqui, foram escolhidos três; vale a pena dizer que este esquema não pretende esgotar o assunto, mas antes procura dissipar algumas brumas que o envolvem.

• **A fragmentação como fruto da especialização, ou a astúcia do positivismo** – Em uma importante conferência proferida no I Encontro História em Debate, realizado em Santiago de Compostela, em 1993, o historiador Carlos Barros conclamava os historiadores para o estabelecimento de um novo consenso historiográfico. Para Barros, o primeiro obstáculo a ser superado é o fato de a história-disciplina estar fragmentada em uma miríade de objetos não relacionados. Barros tem razão: o número de especialidades cresceu de forma soberba no século XX. Poder-se-ia dar de ombros e imaginar que a natural tendência da História é se preocupar com o particular e com o parcial. Debaixo do rótulo *historiador*, pode-se encontrar um sem-número de temáticas, ou, como se prefere, de referentes: Economia, Sociologia, Psicologia, esporte, sexualidade, cultura popular, cultura erudita, Filosofia, comportamento, política. A lista é interminável.

Sem medo de errar, é interessante perceber como tudo isso iniciou como uma reação ao positivismo do fim do século XIX. Lucien Febvre, em nome justamente da “universalidade do espírito humano”, dirá ser necessário “negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas novas e distantes; concentrar sobre um mesmo tema a luz de várias ciências heterogêneas é a tarefa principal [...] dentre as que se impõem a uma história que se impacienta perante as fronteiras e os compartimentos estanques” (Febvre, 1992, p. 30).

Isso porque, para Febvre, em um pólen milenário, está também a fonte de conhecimento histórico. Evidentemente ele quer, com isso, ampliar os horizontes da escrita da História, retirando-a dos gabinetes dos políticos e lhe mostrando que não somente em guerras e batalhas ela tinha sentido. Na articulação de um sem-número de fenômenos até mesmo o político ganharia outro sentido. Fernand Braudel assumirá o trabalho de Febvre e incluirá tratados de Geologia na bibliografia de sua imensa obra sobre o Mediterrâneo na época de Felipe II. Na sua pretensão de se fazer cada vez mais científica, a História se tornou *imperialista*, e invadiu vários outros campos do saber. François Dosse mostrou que, desde os tempos de Bloch e Febvre, os *Annales* tentaram anexar as demais Ciências Sociais sob o controle da História, que então deixaria de lado sua tarefa de registro de fatos, ganhando para si a função de atribuidora de sentido. Isso poderia ser tomado como sinal de vitalidade e de riqueza, mas, infelizmente, esse crescimento se tornou incontrolável, e um desconforto é hoje inegável. Retomando a posição de Carlos Barros, ele diz o seguinte: “A História do século XX se tornou um imenso arquipélago, mas um arquipélago sem pontes, sem vias de comunicação e outras conexões históricas que poderiam unir as ilhas e que, assim, fossem criados continentes históricos, o que nos evitaria esperar passivamente pelo advento de uma sacrossanta história total” (1996, p. 91).

Não é preciso acrescentar muito às palavras de Barros. A riqueza de experiência da historiografia do século XX viria acompanhada de uma pobreza de consciência. Assim, o primeiro sentido da fragmentação é aquele engendrado pela especialização desmedida, ou, diria mais, pela astúcia do positivismo, pois, no afã de acabar com o reinado dos fatos, o historiador usa um exército de fatos – Braudel chega mesmo a usar os *fatos geológicos*, desde que aqui se entenda fato como uma informação empírica nova e diferente no universo do conhecimento histórico. Nessa batalha de fatos contra os fatos, ganharam os fatos. Na busca da totalidade, as especialidades se multiplicaram e nunca se reuniram. Para explicar o político, o historiador usou o social e o filosófico. Para explicar o social, o econômico. Para explicar o econômico, usou o religioso. Este, por sua vez, precisa do psicológico. A cadeia é infinita e dificilmente pode ser encontrado algum elo mais fundamental. Essa vitória do positivismo é tanto mais astuciosa quanto mais e mais os historiadores o relegam aos dogmas de Ranke, Langlois e Seignobos. Não se está entendendo por positivismo as opiniões e as obras desses autores, e sim tudo aquilo que evidencia uma riqueza de experiência paralela a uma pobreza de consciência e um conseqüente desprezo pela atividade teórica. Nessa batalha conjunta contra o positivismo, parece que o próprio saiu vitorioso no final, ou, ao menos, os ferimentos não o mataram.

• **A fragmentação constitutiva** – A análise anterior, feita a partir do texto de Carlos Barros, embora acerte em aspectos determinados, falha por não levar adiante certas questões que deveriam ser postas na mesa. O estudo de Barros dá a entender que a historiografia do século XX errou em sua ambição de aniquilar o positivismo. Supõe-se, então, que no século XIX, a historiografia não padecia de tais males, e o mal que hoje a acomete é circunstancial e acidental. Dir-se-ia mesmo que ele – não se trata exatamente de um mal ou de um erro, antes se prefere falar de um problema a ser discutido abertamente – é constitutivo à própria historiografia. Poucos foram tão claros a respeito como Reinhart Koselleck. O teórico alemão, ao falar do movimento que as disciplinas científicas passaram a desprezar sua própria história e a se dedicar aos seus elementos permanentes e essenciais, chega a uma conclusão bastante interessante e rica sobre o conhecimento histórico:

A partir do veto de uma perspectiva histórica, cada ciência passou a desenvolver uma sistemática ligada aos seus próprios objetos de estudo. A Economia, a Ciência Política, a Sociologia, a Filologia, a Linguística: todas essas ciências podem ser definidas a partir da região de objetos que elas estudam. Em contraposição, é muito mais difícil para a História desenvolver uma sistemática ou mesmo uma teoria a partir de seus reais objetos de pesquisa. Na prática, a História é tudo

ou nada, pois, a partir do questionamento histórico, tudo de um modo geral pode ser declarado objeto histórico. Nada vai contra a perspectiva histórica (1979, p. 40).

As palavras de Koselleck alteram o que já fora dito por e sobre Carlos Barros. Não se trata, pois, de um *erro do século XX*, mas, na verdade, de uma característica essencial da prática historiográfica. Indiscutivelmente, a História não tem um objeto em si. Não se aponta para um ente e se diz: *eis a história*, ou *isso é histórico*. E, como enfatiza Koselleck, a produção de bens é objeto da economia; as idéias podem pertencer à Filosofia ou à política; o conjunto da obra de um pintor pertence à estética. A História é, antes, um modo de ver as coisas e uma forma de questionamento. Isso estaria muito bem se não se prestasse atenção às palavras de Koselleck: a consequência imediata desse fato de que “tudo pode ser questionado historicamente” é o de que nada poder ir contra a perspectiva histórica. Assim, a História não se *define*, não estabelece suas fronteiras, limites e horizontes de investigação. Diria mesmo que a crise do século XX, na historiografia, não é o elemento mais fundamental: ela é uma consequência dessa característica desde sempre existente, isso é, ela só foi possível porque em momento algum a história teve um objeto previamente estabelecido como *histórico em si mesmo*. O que talvez tenha ocorrido no século XX é que, mesmo quando se tentou provar que a história tinha um objeto previamente definido, isso se mostrou problemático – não foi essa a tarefa de Braudel com sua obra gigantesca sobre Felipe II? Assim, nesses últimos cem anos, desde Henri Berr e Karl Lamprecht, a historiografia mostrou a sua essência que ao mesmo gera a sua riqueza e o seu problema.

• **A fragmentação como ausência de continuidade** – Trata-se provavelmente do sentido de fragmentação mais complexo e requer cuidados na análise. Assim, detectaram-se três subtipos dentro desse tipo de fragmentação como ausência de continuidade.

O primeiro estaria identificado com a *espessura do presente*. Veja-se do que se trata: uma pergunta que poderia ser feita, a partir do ponto anterior, seria a seguinte: Ora, se a História não está na região de objetos que definem seu horizonte de investigação, ela deverá estar necessariamente no sujeito? Ou por outra, será que por ela não encontrar sentido nos objetos do mundo, deve encontrar sentido no sujeito que a compõe?

Embora Koselleck não seja de modo algum um defensor da pós-modernidade – exigindo na verdade um rigoroso exame semântico e conceitual do vocabulário histórico – não é difícil imaginar que as palavras de Koselleck levem às posições, por exemplo, de um Hans Ulrich Gumbrecht, intelectual bem mais receptivo ao pós-modernismo. Para Gumbrecht, o paradigma linear

e progressista de História sofreu abalos sérios. Não faz mais sentido falar de história como uma sucessão de instantes progressivos em direção a um telos que encerraria o sentido da História. A respeito, diz Gumbrecht:

No fim do século XX, não mais vivenciamos nosso futuro, de modo algum, como *aberto*. Apesar de sentirmos um certo alívio com os progressos do desarmamento realizados no final dos anos 80, o horizonte de expectativa permanece ocupado pelo cenário de um fim – causado pelos homens – da humanidade ou do planeta. Iniciativas de paz bem-sucedidas podem afastar essas ameaças para bem longe, mas não as eliminam definitivamente, pois não é possível esquecer ou destruir esse saber tecnológico cuja utilização significa o fim de toda a vida sobre a Terra. Portanto, evita-se o *próximo passo* em direção a um futuro qualitativamente diferente do presente, devido a um sentimento indeterminado de medo, mas exatamente por causa disso mais efetivo, de que esse passo pudesse se tornar aquele *passo a mais* que tornaria irresistível o caminho para a catástrofe. Em vez de deixarmos o presente para trás, empurramo-lo, por assim dizer, cada vez mais para o futuro – com o esforço, transformado em um imperativo universal, de *antecipar o futuro*, cujo reverso é a proibição de deixar que o tempo se escoe, de que se *perca tempo* [...]. É verdade que, no outro lado do duplo horizonte de tempo, o da retenção, as experiências do passado não foram reabilitadas como afirmações normativas de cada ação presente [...]; mas os espaços e meios do passado podem ser reproduzidos materialmente em uma perfeição técnica até há pouco tempo desconhecida, de forma que o presente se preencha com uma diversidade de passados. Ambos os movimentos, o adiamento do futuro ameaçador para um futuro distante e o preenchimento do presente com múltiplos passados convergem na impressão de que no tempo social pós-moderno e presente está se tornando mais amplo (tão amplo que não é mais transformado em passado por nenhum futuro que se transponha para o presente) (1998, p. 284-5).

A passagem citada é tão longa quanto reveladora. Pelo medo do futuro e pelo afã de presentificação do passado, o presente se torna espesso e volumoso. O primeiro sinal disso é claro: a história perde o seu sentido contínuo e linear, na medida exata em que o presente deixa de ser *o que não é mais*, e o futuro também deixa de ser *o que ainda não é*. O instante do presente se prolonga e, aqui, é encontrada uma semelhança com o que se desenvolveu a partir de Koselleck. Nesse, viu-se que nada vai contra a perspectiva histórica. Isto é, onde quer que o historiador vá, ele só encontra aquilo que o corrobore e o confirme. Ele não encontra diferenças. Em Gumbrecht, vê-se, também, esse movimento em que o homem historicamente entendido (não mais somente o historiador, pois o que

Gumbrecht descreve é mais geral e diz respeito à civilização ocidental como um todo), também não encontra algo que se lhe oponha. Tudo está aí, simultâneo e imediatamente dado. Vale a pena focar esse caráter de simultaneidade e imediação, na medida em que a mediação e a diacronia só fazem sentido se se entende o passado como *o que não mais é* e o futuro como *o que não é*. Ambos são diferentes da realidade dada.

Não se quer incorrer em falha conceitual. Quando Koselleck diz que nada vai contra a perspectiva histórica, ele evidentemente se refere ao paradigma moderno que entendia a História como um singular coletivo, ou por outra: várias partes que se harmonizam em um todo, fórmula geralmente encontrada nas filosofias da História. Gumbrecht não parece escapar muito dessa perspectiva – apesar de pretender o contrário – ao pressupor que a imediatividade e a experiência do simultâneo levam a uma espessura do presente, e à aniquilação da diferença e dos limites dentro da própria História. Aniquilados passado e futuro, nada vai de encontro ao presente, da mesma forma que, na afirmação de Koselleck, nada vai de encontro à perspectiva histórica.

De qualquer modo, na medida em que aniquila a diferença entre o passado e o presente e o futuro e o presente, Gumbrecht advoga contra a continuidade histórica, contra a concepção da história como um *texto oculto* que deve ser descoberto pelo historiador. Cada época não pode ser sinal do advento de um outro ou mesmo de decadência, e sim deve ser algo que deve ser experimentado em si mesmo, imediatamente, sem ser mediado por um aparato conceitual.

O que vale a pena ainda ser dito a respeito da visão de Gumbrecht a respeito da fragmentação é que ela está atada a uma situação específica do século XX, quando se tornou possível a destruição do planeta pelo homem e quando tecnologias tornaram ainda mais presentes vestígios do passado. Curiosa (ou mesmo contraditoriamente) essa própria situação não teria sido possível cem anos atrás, assim, ela mesma se pauta por um *não-mais*: não mais ser inferior à natureza, na medida em que se pode desencadear processos naturais capazes de destruir a vida no planeta. Como ver essa noção de simultaneidade em uma obra historiográfica?

Na prática historiográfica, serve de exemplo o próprio livro de Hans Ulrich Gumbrecht sobre o ano de 1926. Sua intenção é justamente a busca da imediatividade entre o sujeito historiador e o objeto de pesquisa, sem a mediação de conceitos ou ainda sem mesmo a noção de compreensão que faria com que o historiador soubesse mais acerca de uma época do que seus próprios agentes. Baseado na noção de simultaneidade e de espessura do presente, Gumbrecht faz o esforço de procurar penetrar em um ano, que, segundo ele, não é hermeneuticamente um ano simbólico, isto é, não tem a importância de marco como têm, por exemplo, os anos de 1492 ou de 1789. Não servem de *limiar*,

isto é, um elo da História que a divide em antes e depois e assim reforça ainda mais a noção de continuidade.

Um segundo subtipo poderia ser identificado como a presença do *multiculturalismo e da crise da racionalidade ocidental*.

Pode-se identificar suas origens a partir de uma crítica à cultura ocidental que começou a ser feita após 1945. A crença no progresso, liderado pelo Hemisfério Norte e ocidental, teria sido fortemente abalada pelos drásticos eventos nos campos de concentração nazistas. A idéia de todo, de coerência e de inteligibilidade se rompera. Saul Friedländer é bastante preciso a respeito:

A partir das atrocidades nacional-socialistas e principalmente a partir do Holocausto (*Shoah*), a cultura pós-moderna cunhou os conceitos de *falência da civilização* e de *colapso do discurso racional*, através do qual os sentimentos de muitos seres humanos podem ser refletidos no que diz respeito ao caráter indeterminado dos acontecimentos e à dificuldade de compreendê-los e representá-los (Friedländer, 1999, p. 22).

O processo histórico então não mais seria representado nos velhos termos, isto é, com os eventos particulares ganhando significado na medida em que eram inseridos em um todo que tem como fundamento a racionalidade e a inteligibilidade de inspirações iluministas. Segundo a acepção de Friedländer, com Auschwitz cai por terra a história como singular coletivo. Torna-se ainda mais complicado postular uma liderança ocidental e de tudo aquilo que aparentemente representa o que há de mais poderoso e central: a força do homem branco, ocidental e economicamente racional. Não é de se espantar que surjam várias narrativas que se contraponham à *grande narrativa*. Frank Ankersmit sintetiza bem o que se pretende na era pós-moderna com essa variedade de narrativas. “A contextualização historicista foi substituída pela descontextualização; isto é, pela intenção em estudar os elementos do passado em sua independência individual e democrática perante os demais. [...] E o resultado é que a fragmentação do passado [...] é a principal característica da historiografia pós-moderna” (1994, p. 103).

Vale notar a semelhança desse aspecto com o que se destacou no início do estudo: a fragmentação da grande narrativa em múltiplas narrativas resultou em um aumento impressionante das especializações em historiografia. A única diferença é que, ao contrário de Carlos Barros, os pós-modernos não parecem estar preocupados com o fato. Segundo Ankersmit, nessa ausência de consenso tendo com base uma grande narrativa, a escrita da História se tornaria uma atividade pessoal, um *hobby*. Todavia, o transtorno causado por Auschwitz, sobre o qual a História simplesmente não tem o que dizer – tornando caducas

velhas formas de representação e narração de eventos – antes motiva uma nova elaboração de pressupostos filosóficos da História do que uma atitude relaxada e despreocupada. E se diria mais: tal personificação não procede. Veja-se o caso do *New Historicism*.

Acredita-se que o *New Historicism* norte-americano seja um bom exemplo dessa prática pós-moderna. Em que ela consiste? Segundo Brook Thomas, o *New Historicism* tem esse nome por se caracterizar em contraposição ao Historismo do final do século XVIII e início do século XIX. Veja-se:

Na análise do historicismo orgânico verifica-se o movimento que vai da parte ao todo. No *New Historicism*, em contrapartida, movimentase de uma parte até outra. Consequentemente, o *New Historicism* não precisa postular a existência de um todo – seja ele textual ou cultural – que, no historicismo orgânico era necessariamente pressuposto. Obviamente, o historiador *organicista* não engloba em momento algum um todo, mas fundamenta sua prática na crença, de que este todo existe. De forma diversa, o *New historicist* não precisa postular a pré-existência deste todo (1997, p.16).

O resultado disso é o que afirma Oliver Arnold: “Os novos historicismos pós-modernos valorizam não somente a diferença entre as culturas, mas também, as diferenças dentro de uma determinada cultura; eles ampliam a definição de *atores históricos*, aí incluindo gêneros, classes e grupos étnicos; e eles radicalizam e tornam mais política a própria historicidade do historiador (1997, p. 23).

Indiscutivelmente, a escolha de objetos ligados à História dos gêneros e de minorias étnicas parece estar bastante ligada à afirmação política e à luta por direitos – basta lembrar o que disse Ankersmit a respeito da afirmação por parte do *New Historicism* de individualidades democráticas. Isso basta para pensar que ele pensa de acordo com um padrão – se não é mais a epistemologia que lhe garantiria cientificidade, agora se trata de um conjunto de direitos que lhe garante legalidade e afirmação política. A História serve para alguma luta, assim como serviu durante décadas para o mais rasteiro historiador stalinista. Estranhamente, verifica-se uma contradição, pois com *a grande narrativa* teriam caído por terra justamente os *fins últimos da história*, e justamente o seu caráter pedagógico – não tanto o da História como mestra da vida, mas o da História como meio para compreender o processo que, por exemplo, redundaria na revolução comunista.

O terceiro subtipo da ausência da continuidade estaria bastante ligado ao segundo. A diferença é que ele não parte de uma situação contingente – o Holocausto – e sim, se apega à própria estrutura de composição da historiografia.

Novamente o alvo das críticas é a *grande narrativa*, mas o modo de argumentação é diverso. Trata-se da afirmação da ausência de continuidade da História pela *tarefa desconstrucionista*.

As seguintes palavras de Hans Kellner podem resumir bem a proposta desconstrucionista de ausência de continuidade na história e na historiografia:

Continuidade é a certeza central, intuitivamente dada, que nós temos sobre a História [...]. Qual é a fonte da continuidade? Por que nós representamos e defendemos a continuidade como algo essencial à História? Tais assunções não vêm de fontes documentais, dos textos históricos existentes, ou mesmo de nossas próprias vidas. Na verdade, a assunção de que o passado é algo contínuo é de ordem literária. O que é contínuo não é tanto a realidade, ou a forma de existência da realidade em sua óbvia descontinuidade, mas na forma através da qual a nossa cultura representa a realidade (1989, p. 1).

Para Kellner, a realidade é desprovida de qualquer sentido. Ela é em si mesma caótica e inapreensível. A capacidade de o historiador ordenar os eventos literariamente é que os torna históricos e contínuos. Nesse sentido, uma obra historiográfica não retrata a realidade, mas, na verdade, ela apenas tem uma estrutura interna que dá a idéia de continuidade. Kellner ainda dirá: “Os historiadores não ‘descobrem’ verdades dos eventos do passado: eles criam eventos a partir de um fluxo sem rumo, e criam sentidos que produzem sentidos no escopo deste fluxo” (1989, p. 24).

Segundo Hayden White, é justamente essa atribuição de uma lógica narrativa que dará uma ilusão de objetividade ao leitor de obras historiográficas. Diz ele: “A objetividade da narração é definida pela ausência de qualquer referência ao narrador. No discurso narrativo, então, podemos concordar com Benveniste, não há qualquer narrador. Os eventos estão cronologicamente registrados como se eles aparecessem no horizonte da História. Ninguém fala. Os eventos parecem falar por si mesmos” (1987, p. 3).

A esse respeito, há uma primeira observação a ser feita. Apesar de afirmarem que a realidade histórica não tem sentido em si, sendo a História na verdade um enredo criado pelos historiadores, teóricos como Kellner e White deslocam o pólo legitimador da realidade (que deveria servir de modelo para os historiadores ‘realistas’), para a imaginação do próprio historiador –, ou, quando muito, para os modelos culturais de imaginação. De qualquer forma, ainda haveria uma instância em que seria possível a verdade histórica. Saisse de uma legislação – leis imanentes da realidade – para outra – leis imanentes da imaginação do historiador –, ou ainda de determinadas formas retóricas. Ainda haveria, de qualquer modo, uma determinação em última instância. Basta ver a posição do insuspeito Dominick La Capra: “O problema do subjetivismo realista na poética historiográfica de Hayden

White se origina de uma concepção neo-idealista e formalista da mente do historiador, este sendo um agente que desse livremente formato a uma massa documental inerte e neutra” (1985, p. 35).

Mais notável não é exatamente essa contradição interna da tese desconstrucionista, mas sim perceber como se chocam entre si os três subtipos que afirmam a ausência de continuidade na História. Evidentemente, há entre eles um ponto em comum: mostrar que a *grande narrativa* é uma ilusão ou um projeto fracassado. Mas aí está o problema: viu-se que para Gumbrecht a espessura do presente está indissociavelmente ligado ao final do século XX, e ainda mais à possibilidade de extinção da vida na Terra – o que não acontecia no final do século XIX, por exemplo. Os horrores de Auschwitz mostraram a face negra do projeto moderno ocidental, e evidenciou a falência da idéia de progresso. Mas ambas as concepções (a espessura do presente e a falência da idéia de progresso após 1945) se explicam historicamente, isto é, não se trata de uma explicação estrutural, necessariamente presente em todo e qualquer discurso histórico – na verdade, somente após a bomba nuclear e as câmaras de gás, a realidade histórica, a princípio antes coerente, teria se esfacelado. De seiva bem diferente parece ser a visão do desconstrucionismo de um Hans Kellner, que advoga o estado caótico da realidade em si mesmo. E se supõe que não teria sido necessária a ameaça de uma guerra nuclear nem tampouco Auschwitz para que a realidade, segundo Kellner, se tornasse caótica, um fluxo sem direção. Enfim, a idéia de representação é posta em crise de três maneiras diferentes: por Auschwitz, porque não há *como* tratar de um assunto tão absurdo – daí justamente o horror nazista ter sido *contado* de forma mais freqüente pelo relato da *literatura de testemunho*, presente, por exemplo, nos livros de Primo Levi, em que não se verifica o distanciamento entre sujeito e objeto. Já em Gumbrecht, vê-se que a possibilidade de aniquilação da vida no planeta e a possibilidade de experimentar o passado direta e sensorialmente tornaram o presente espesso e, assim, não há mais sentido em se falar de um fato futuro que se espera, ou de um fato passado que não mais está presente. Também se torna uma impossibilidade radical, típica de uma época altamente tecnológica, a representação objetiva da História, em que ficaria claro o que é pretérito, o que é atual, e aquilo pelo que ainda se deve esperar. Ora, para as teses narrativistas pós-modernas de Hans Kellner e de Hayden White, por exemplo, o problema é estrutural. A crise da representação não se dá tanto por uma decepção imposta pela realidade histórica (Auschwitz, guerra nuclear), mas sim por um desmascaramento lógico de uma pretensa objetividade.

A elaboração de uma tipologia da fragmentação é bastante útil para que se possa ao menos entender o que se quer dizer quando se fala de ausência de unidade e de perda do sentido histórico. Viu-se que muitos dos sentidos

que aparentemente se aproximam na verdade estão baseados em premissas diferentes, o que pode tornar ainda mais insustentável a tese do pós-modernismo. Talvez lhes falte, como pede Carlos Barros, um certo consenso.

A escolha de La Capra se deve ao fato de ser ele, na opinião do autor deste texto, um dos historiadores que mais se debruça sobre o problema do contexto e, por extensão, da fragmentação dentro do campo historiográfico, e La Capra é interessante mais por apontar problemas do que por oferecer soluções acabadas.

Seus estudos se concentram essencialmente na área da história intelectual, com foco na Literatura. A característica mais evidente das posições de La Capra é a crítica ao modelo documental de interpretação, principalmente da interpretação dos textos ficcionais. Um alvo de suas críticas é o historiador Carl Schorske em seu livro *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. “Schorske estava motivado pelo desejo comum entre os historiadores em encontrar ordem no caos aparente, ao menos no nível metodológico. Ele tenta então oferecer uma solução coerente e sinóptica de fenômenos incoerentes e fragmentados” (La Capra, 1985, p. 83).

Aparentemente, pouco o distancia de Kellner e de Hayden White, que tentam desmascarar a coerência da narrativa historiográfica. La Capra, todavia, mostra claramente que Schorske leu as obras de Arthur Schnitzler e de Hugo Von Hoffmanstahl, dois grandes nomes da Literatura austríaca, de forma documental, isto é, buscando vê-las como símbolos de um todo já existente. Tem-se que dar razão a La Capra quando ele diz que “a literatura se torna redundante quando nos conta o que pode ser obtido de outras fontes documentais” (1985, p. 126). De fato, é perda de tempo, ou ainda exibição de erudito, querer confirmar por meio de obras canônicas aquilo que já se sabe.

A partir desse ponto, porém, há dois caminhos que se bifurcam. O primeiro é arriscado, e reitera os perigos já observados nas propostas de Kellner e White. Como decidir o que é o *elemento simples*, isto é, aquele elemento que não pode ser mais analisado e que não precisa mais de uma referência a outros aspectos para ser compreendido? Pode-se perfeitamente perguntar se a obra, nesse sentido, fica praticamente inacessível. E, se a proposta de La Capra for aplicada em outros fenômenos, haveria, na verdade, uma nova fragmentação, pois cada especialista diria que o fenômeno que estuda é irreduzível e só pode ser explicado por si mesmo. La Capra não trata explicitamente da questão, mas certamente está atento ao problema, pois acredita que nenhuma obra deve ficar presa ao domínio de estudos a que ela está tradicionalmente consagrada, inaugurando o que La Capra diz ser um desejo de pureza, uma *metafísica de si mesmo*. A respeito, La Capra diz com propriedade: “Nenhuma disciplina tem o direito imperial de dominação sobre um Freud, um Marx,

um Nietzsche, ou um Joyce [...]. Os *grandes* textos devem ser parte da atenção pertinente para todos os historiadores [...]. Um tal processo seria precisamente a interação entre o desejo de unidade, identidade e pureza e as forças que o contestam” (1982, p. 77).

É justamente a partir desse aspecto que La Capra tornará sua proposta mais interessante. Ele buscará o diálogo entre o intérprete e o texto *clássico*, e como o *clássico* não pode pertencer a um domínio em específico, busca-se, por fim, o diálogo entre as disciplinas que o lêem. Mas novamente saliento o aspecto problemático: há indiscutivelmente um risco presente na crítica ao modelo documental, a saber, o risco que se mostra grave quando o historiador não faz a pergunta: Mas qual é a unidade mais simples, a unidade indivisível, a que nada se reduz? Todo o problema está em acreditar que há essa possibilidade de ver um elemento em si mesmo.

A proposta de La Capra é, em geral, bastante útil. Em primeiro lugar, porque se é de opinião, que ela é a mais atenta para os riscos do que se convencionou chamar *pós-modernismo* ao não aceitar sem críticas a fragmentação. Em segundo lugar, porque a leitura de textos clássicos pode ser de bom uso em uma época em que se está em busca de um *novo consenso* na teoria da História. Quando no início do trabalho se percebeu, a partir de observações de Koselleck e de Carlos Barros, que a História padece de uma riqueza de experiência acompanhada de uma pobreza de consciência, é natural que se conclua pelo estado miserável dos estudos teóricos. Sem a leitura de clássicos da Filosofia e da própria historiografia, uma renovação da discussão não será possível. Aí possivelmente está a promessa de La Capra: como tal ainda não se cumpriu, mas certamente é uma proposta que oferece algo mais do que uma apologia da fragmentação. Concordar ou mesmo se resignar com a fragmentação é cair no erro apontado por La Capra: é aniquilar *o terreno comum*, criar uma *metafísica de si mesmo*, e, assim, não se pôr em teste e em conflito em momento algum. Evidentemente há um ganho quando sempre são ressaltadas as diferenças, mas será que essas podem ser identificadas sem que haja ao menos um pano de fundo a partir do qual elas se destaquem? O contrário seria fazer um elogio da auto-satisfação, algo paradoxal em tempos em que, como já se disse, o campo da historiografia tem seus limites um tanto indefinidos.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank. The origins of postmodernist historiography. *Poznan Studies in the Philosophy of Sciences and the Humanities*. v. 41, p. 87-117, 1994.
- ARNOLD, Oliver. Der New Historicism und die Ideologie der Zustimmung. In: SCHOLTZ, G. *Historismus am Ende des 20. Jahrhunderts: eine internationale Diskussion*. Berlin: Akademie, 1997.
- BARROS, Carlos. The history ahead. in *Storia della Storiografia* 30, p. 77-106, 1996.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos anais à nova História*. Trad. Dulce Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- FEBVRE, Lucien. De 1892 a 1933: examen de conciencia de una historia y de un historiador. In: *Combates por la historia*. Trad. Francisco Fernández Buey e Enrique Argullol. Barcelona: Ariel, 1992.
- FRIEDLÄNDER, Saul. Auseinandersetzung mit der Shoah: Einige Überlegungen zum Thema Erinnerung und Geschichte. In: KÜTTNER, W.; RÜSEN, J.; SCHULIN, E. (Orgs.). *Geschichtsdiskurs Band 5: Globale Konflikte, Erinnerungsarbeit und Neuorientierungen seit 1945*. Frankfurt am Main: Fischer, 1999.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Espaços de tempo pós-modernos. *Modernização dos sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Depois de aprender com a história. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- KELLNER, Hans. The deepest respect for reality. *Language and historical representation: Getting the story crooked*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. Über die Theoriebedürftigkeit der Geschichtswissenschaft. In: SCHIEDER, T. & GRÄUBIG, K. *Theorieprobleme der Geschichtswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979.
- La CAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history and reading texts. In: KAPLAN, S. & La CAPRA, D. *Modern european intellectual history: reappraisals & new perspectives*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- La CAPRA, Dominick. *History and criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- THOMAS, Brook. New Historicism, Kulturpoetik und das Ende der amerikanischen Geschichte. In: SCHOLTZ, G. *Historismus am Ende des 20. Jahrhunderts: eine internationale Diskussion*. Berlin: Akademie Verlag, 1997.

WHITE, Hayden. Narrativity in the representation of reality. In: *The Content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

